

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Memória | Série Extensão Eixos Temáticos

**PLANO ANTIRRACISTA
NO ENGENHO VELHO
DA FEDERAÇÃO:
UMA CONSTRUÇÃO DE
LETRAMENTO RACIAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho

FACULDADE DE ARQUITETURA

Diretor Faufba

Fábio Macêdo Velame

Vice-diretora Faufba

Juliana Cardoso Nery

Coordenadora PPG-AU/Faufba

Ariadne Moraes Silva

Vice-coordenadora PPG-AU/Faufba

Liana Silvia de Viveiros e Oliveira

Equipe Nappe

Leo Name (Coordenador)

Any Brito Leal Ivo (Vice-coordenadora)

Alejandra Hernández Muñoz

Junia Cambraia Mortimer

Rodrigo Scheeren

Thais de Bhanthumchinda Portela



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE
NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA E PRODUÇÃO EDITORIAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Memória | Série Extensão Eixos Temáticos

PLANO ANTIRRACISTA NO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO DE LETRAMENTO RACIAL

AUTORES

Alyne Fernanda Cardoso Reis
Azânia Mahin Romão Nogueira
Fábio Macêdo Velame
Liane Monteiro dos Santos
Sueide Gonçalves Rosa
Thiago Assunção dos Santos

SALVADOR, UFBA, 2025

2025, autores.

Direitos para esta edição cedidos à UFBA.

Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico

Rafa Moo

Editoração e Arte Final

Cecylle Amaral e Giulia Lagrotta

Revisão

Anna Beatriz Lage Fernandes

Normalização

Adriana da Gloria Santana

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Plano antirracista do Engenho Velho da Federação : uma construção de letramento racial [recurso eletrônico] / Alyne Fernanda Cardoso Reis ... [et al.] – Salvador : PPG-AU/FAUFBA : NAPPE, 2025.
18 p. : il. color. ; 21 X 29,7 cm

Memória | Série Extensão EixosTemáticos

Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/43423>

ISBN: 978-65-5631-178-4

1. Antirracismo - Brasil. 2. Discriminação racial - Brasil.
3. Negros - Identidade racial. 5. Extensão rural. I. Reis, Alyne Fernanda Cardoso.

CDD 305.896081

Elaborada por Jamilli Quaresma CRB-5: BA-001608

Sumário

- 6 **Introdução**
- 8 **Bairro Negro: Engenho Velho da Federação**
- 10 **Construção do projeto de extensão no Engenho Velho da Federação**
 - 11 Roda de conversa sobre Bairros Negros: a forma urbana negra nas cidades
 - 12 Roda de conversa sobre o Engenho Velho da Federação como Bairro Negro e as epistemologias afrodiáspóricas
- 13 **Oficinas de letramento racial nas escolas**
 - 13 Oficina 1 – História, memórias e afroinscrições negras, religiosidade da população negra, representatividades de mulheres negras
 - 14 Oficina 2 – Saberes ancestrais femininos
 - 15 Oficina 3 – Afroempreendedorismo feminino
 - 16 Oficina 4 - Racismo Algorítmico
- 16 **Oficina formativa de professores**
- 16 **Considerações finais**
- 18 **Referências**

INTRODUÇÃO

Os recursos do espaço geográfico em si só ganharão sentido quando colocados à prova das relações sociais pelos elos entre populações, Estado e capital. É no contexto dos sistemas públicos de garantias de direitos e na materialização de políticas sociais que poderemos perceber a que seres humanos, a que sociedade, a que mundo estamos dando direção? Que direção é essa em cidades desiguais?

Os elos ou ligações forjados historicamente pelo capitalismo e as suas relações perversas exploratórias entre os povos em seus sistemas coloniais justificam as razões da formação das cidades desiguais. E, no campo das políticas sociais e da cidadania, convergem para as suas intersecções e expressões com o direito à educação, à cultura e à orientação do espaço urbano e do meio ambiente. Sobre cada bairro, populações se concentram e geram vida a esses espaços, lutando pelo direito à vida, manifesto sob a necessidade de morar, trabalhar, locomover-se, educar-se, conviver, brincar, vestir-se, alimentar-se, celebrar as suas crenças e cultuar suas tradições e raízes.

É preciso habitar um lugar no ensejo da esperança ativa e transformadora para manter e operar a necessidade e a vontade coletivamente necessárias para conferir materialidade ao direito à vida e ao bom viver em Salvador no contexto da pandemia. E, na premissa de que não há como defender e consolidar o direito à cidade sem um ativismo cotidiano antirracista coletivamente firmado, acreditamos também que, em cada rua, cada praça, cada beco e viela, se traduz a luta diária por essa cidade portuária, enladeirada, de subterrâneos históricos, de artérias negras sobre cimento, barro, pedregulho e desmoronamentos de encostas.

A pandemia da covid-19 acirrou os territórios de desigualdades nos bairros negros de Salvador. Aqui preferimos utilizar essa expressão, pois, além de periféricos, os bairros são de populações negras e a conformação dos seus espaços reflete a questão urbana: a trajetória histórica de africanidades na cidade de Salvador, a retração das políticas públicas de Estado fundamentais de alcance eficiente aos moradores e os altos índices de violências policiais contra jovens. Por outro lado, as relações de identidade preenchem esses bairros com características identitárias, manifestas em associações, movimentos sociais de luta pela moradia, por seus ecossistemas, por terreiros de candomblé e por hip hop.

A cidade capitalista é, em si, racista, pois, em processos exploratórios racializados, fundamenta a sua produção desigual do espaço, das relações sociais e econômicas, da infraestrutura urbana e de suas obras públicas. Os bairros são partes integrantes da cidade e refletem a complexa organização espacial da teia urbana. Logo, “Fique em casa e lave as mãos” são duas orientações básicas de prevenção à contaminação. Mas, para quem sofre ordem de despejo ou é empurrada em cada metro quadrado, para quem a água não chega, a pandemia se traduz como imperativo de um tempo mais que desigual, no qual o racismo estrutural, manifesto nos campos urbanos e ambientais, prima por uma organização e uma reação radical

das populações negras pelo direito à vida – estamos desejando incentivar a ideia de biopolítica, em lugar da nefasta necropolítica das cidades desiguais.

No dizer de Nilma Lino Gomes (2017), é no potencial educador do movimento negro em seus saberes políticos, jurídicos, estéticos corpóreos, sociais, culturais e intergeracionais que se unem os instrumentos de luta que tão bem se exprimem na organização e participação social em cada bairro, em suas particularidades e, sobretudo, na força que juntos representam no conjunto da cidade de Salvador na pressão sobre o poder público. Essa autora reflete o papel do movimento negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes esses transformados em reivindicações e lutas proponentes de políticas de Estado.

A relação entre território, identidade e desenvolvimento social encontra – na articulação entre movimentos sociais, entidades civis organizadas e representatividades negras na Câmara de Vereadores, ao lado de ouvidorias públicas – um caminho possível para o alcance dos investimentos públicos na pauta das prioridades no orçamento municipal para os planos de desenvolvimento urbano. É possível falar da necessidade de uma governança antirracista na cidade de Salvador que, com a pandemia da covid-19, mantém acirrados os territórios de desigualdades nos bairros negros da cidade. Colocam-se em destaque as populações dos residenciais de habitação social e dos programas de qualificações urbanas em ocupações precárias, tensionadas pela organização das suas comunidades. Nesse sentido, moradoras e moradores vêm resistindo às restrições da saúde e do urbanismo público, da insegurança e da educação no tensionamento dos potenciais locais com as segregações urbanas e privações do Estado ultra neoliberal.

Isso é observado a partir de Antonio Sebastiano Francesco Gramsci (2017), ao trazer as dificuldades de estabelecer direção social frente à crise de representatividade, e também por Maria da Glória Ghon (2017), ao reiterar o papel da participação popular e da organização dos movimentos sociais como decisivas, entre os séculos XX e XXI, para a busca por uma efetividade democrática que, em última instância, se efetiva na destinação dos recursos públicos em investimentos coerentes com a nossa história e com contextos racistas de desigualdades. Lembrando Milton Almeida dos Santos (2000) sobre a utilização dos recursos naturais e o significado que eles ganham apenas a partir da sua aplicação no conjunto das relações sociais, não existe política pública sem recursos e sem financiamentos e as decisões somente se tomam pela disputa de interesses e pela força da vontade coletiva.

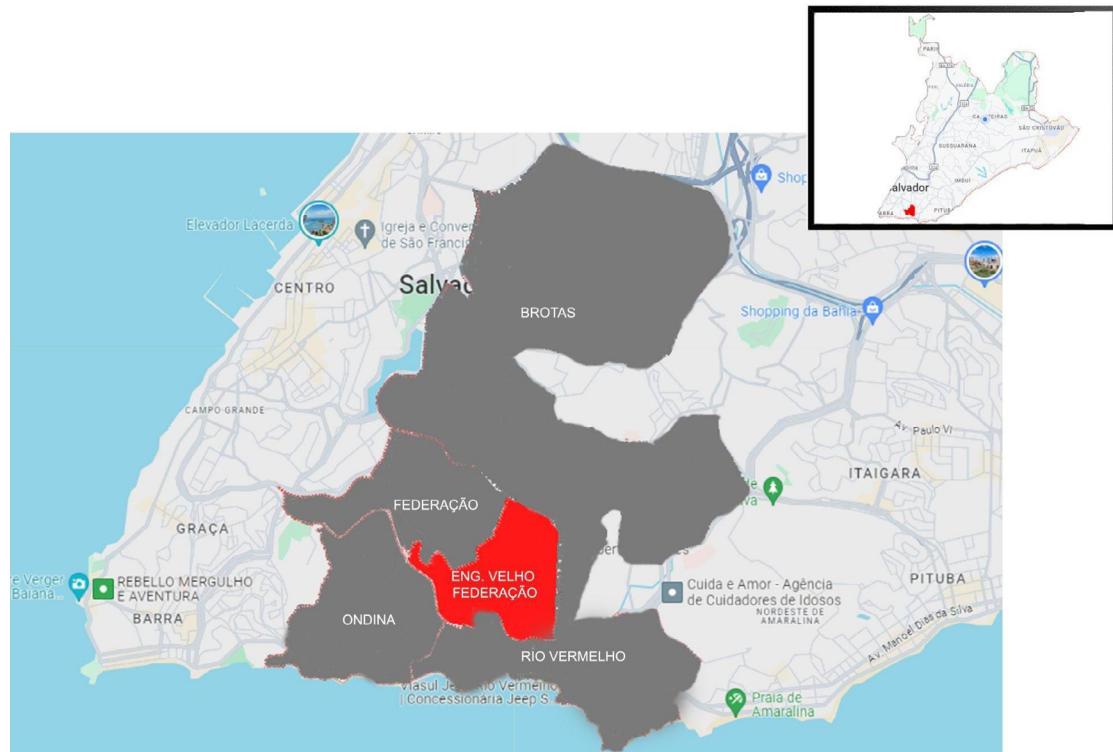
Portanto, ao observarmos o interior dos bairros soteropolitanos – como Uruguai, Liberdade, Gamboa, Engenho Velho de Brotas e Federação, São Cristóvão e Itapoan, Subúrbio Ferroviário, Cabula e seus sub-bairros, e Cajazeiras – em cada bairro, há organizações que se traduzem em suas potências emancipatórias dos movimentos negros.

BAIRRO NEGRO: ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

O bairro Engenho Velho da Federação está localizado na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Ele faz parte da região administrativa da Federação e está situado em uma área central de Salvador, próxima a bairros como Federação, Garcia e Ondina, como demonstra a figura 1.

FIGURA 1

Localização do bairro Engenho Velho da Federação



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, o bairro do Engenho Velho da Federação contava com uma população total de 24.555 habitantes, dos quais 87% se autodeclararam negros, o que significa dizer que mais da metade dos residentes se reconhece enquanto preto ou pardo.

A presença histórica da cultura negra na região vem desde a origem construtiva do bairro, à qual são atribuídas duas narrativas. A primeira remete à configuração do bairro como um quilombo urbano, remanescente de uma densa concentração de terreiros ancestrais, dentre os quais se destaca o Terreiro do Bogum, que chegou a emprestar seu nome à localidade. Sob essa perspectiva, a ocupação do bairro foi moldada pelas famílias de santo, que, gradualmente, consolidaram a presença negra no espaço urbano, atuando como agentes de territorialidade e perpetuando os terreiros como marcadores identitários e culturais.

A segunda narrativa aponta para o arrendamento de terras anteriormente pertencentes a antigas fazendas desativadas, o que explicaria a atual denominação do bairro. Embora coexistam essas duas versões, a forte concentração de terreiros até os dias atuais reforça a primeira história, evidenciando um legado cultural que permanece vivo.

Em 2009, o bairro Engenho Velho da Federação foi oficialmente reconhecido como um território negro, fruto da articulação entre a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acbantu), o Governo Estadual, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Sedur-BA) e a Superintendência de Construções Administrativas (Sucab). Esse reconhecimento abriu caminho para a implementação do projeto de revitalização de territórios culturais, que visa preservar e valorizar as tradições e os patrimônios históricos da região de matrizes africanas e reformou os terreiros da Casa Branca, do Patití Obá, do Cobre, do Ojo Bomim e do Odê Mirim.

Em 2022, o bairro foi escolhido para ser o projeto-piloto do Plano Antirracista para os Bairros Negros de Salvador, do grupo de trabalho “Direito à cidade antirracista e equidade de gênero” da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Visando atuar nas turmas de EJA da Escola Municipal Cidade de Jequié e de educação infantil e ensino fundamental I da Escola Municipal Makota Valdina, o projeto executará oficinas formativas e rodas de conversa.

O reconhecimento do território também compôs parte do entendimento do projeto, e, assim, a oportunidade de espacializar no mapa (figura 2) os lugares nos quais as atividades foram desenvolvidas é entendida enquanto recurso para deslocar a invisibilidade dada a bairros negros.

FIGURA 2
Mapeamento dos lugares e atividades



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

1. Colégio Estadual Henriqueta Martins Catharino
2. Escola Municipal Cidade de Jequié
3. Ilê Asè Lajuomim
4. Escola Municipal Engenho Velho da Federação (Makota Valdina)
5. Associação de Moradores

CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO NO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

Em período de pandemia, diante dos protocolos de isolamento social e da posterior retomada do processo, a Defensoria Pública do estado da Bahia, em aliança com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Católica do Salvador (UCSal), organizações do movimento negro e outros setores da sociedade civil,

desenvolvem o Plano Antirracista para os Bairros Negros de Salvador. O projeto é fruto do grupo de trabalho “Direito à cidade antirracista e equidade de gênero” da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública do Estado da Bahia, liderada pela ouvidora Sirlene Assis.

O Grupo de Trabalho (GT) foi fundado em 2020, visando ser um espaço para uma reflexão mais aprofundada sobre demandas apresentadas por movimentos sociais urbanos e rurais e por organizações da sociedade civil, junto à Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública do Estado da Bahia, no contexto da construção do Seminário Nacional Direito à Cidade. O primeiro passo foi a realização da roda de conversa “O Direito à Cidade a partir de políticas públicas antirracistas”, ainda em 2020.

O Engenho Velho da Federação foi escolhido para receber o piloto do projeto por seu reconhecimento enquanto importante bairro negro da cidade de Salvador e por sua proximidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA e do Campus Federação da UCSal. A partir daí, se dá início ao processo de aproximação com o campo. O projeto foi estruturado em três etapas: a primeira etapa constitui-se de pesquisa, inicialmente a partir do conceito de bairro negro, sistematizado por professores pesquisadores da área. Num segundo momento, deu-se um processo de letramento racial por meio de oficinas educativas voltadas para a comunidade, tendo como público-alvo as lideranças locais e as comunidades escolares do bairro. E o terceiro momento consistiu na função de um plano antirracista incentivado no interior das escolas.

As atividades no Engenho Velho da Federação se iniciaram em maio de 2022. A seguir, descrevemos algumas atividades e oficinas realizadas.

Roda de conversa sobre Bairros Negros: a forma urbana negra nas cidades

A primeira roda de formação, facilitada pelo professor Henrique Cunha Júnior, no processo de entrada no campo, foi realizada no Colégio Estadual Henriqueta Martins Catharino e teve como presença, entre os moradores do bairro, as lideranças comunitárias, os membros do GT da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública do Estado da Bahia e os pesquisadores e estudantes das universidades envolvidas. Assim, foram trazidos os primeiros conceitos fundamentais sobre racismo e bairro negro, despertando identificações com os presentes num clima ainda muito inseguro com o evento recente da pandemia, que acirrou as desigualdades e o racismo no bairro, principalmente em relação às violências policiais com jovens negros.

Roda de conversa sobre o Engenho Velho da Federação como Bairro Negro e as epistemologias afrodiáspóricas

O encontro seguinte foi ao fim do mesmo mês, na Associação de Moradores do bairro, onde o arquiteto Luís Guilherme Pires mediou a segunda roda de formação, intitulada “O Engenho Velho da Federação como bairro negro – epistemologias afro-diaspórias”. O grupo presente nessa oportunidade era bastante semelhante ao da primeira roda de formação, o que fez a ouvidora Sirlene Assis apontar a necessidade de pensar em outras estratégias de mobilização do bairro, considerando que ainda estávamos em um período de transição entre o período de isolamento social devido à pandemia da covid-19 e a flexibilização após a plena vacinação da população. Com isso, foi acordado que utilizariamos aquele momento para recalcula a rota e seguir alinhando, com a associação de moradores e as escolas, estratégias para enraizamento do plano no bairro.

Considerando que as dificuldades de mobilização e participação não eram exclusivas do nosso projeto, mas compartilhadas pelas instituições de ensino do Engenho Velho da Federação, que enfrentam um alto índice de evasão escolar na pandemia, a Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública do Estado da Bahia, a partir do setor de demandas coletivas, fez a proposição de trabalharmos com as escolas públicas do território, considerando relações anteriores e conhecimento prévio da rede escolar.

Eram evidentes já na época os impactos do isolamento social na socialização de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que frequentavam as escolas do bairro. Então, preparamo-nos para definir uma nova estratégia de inserção, voltada para a escola pública e fundamentada no plano educacional, aproximando as lideranças no e do próprio bairro. Assim, iniciamos um ciclo de reuniões com os líderes de associação de moradores e de associação de mulheres, com integrantes de comunidades de terreiros das diversas nações que compõem o bairro, além de professoras das escolas e estudantes das universidades que moram no bairro. Com essa composição diversa, constitui-se um comitê gestor formado tanto pelas lideranças quanto pelas universidades.

A partir daí, fizemos um termo de cooperação com as escolas e passamos a curricularizar o projeto de extensão, trazendo as ações do Plano Antirracista para os Bairros Negros da Cidade do Salvador para o currículo formal do sistema educacional da educação fundamental e do ensino médio. Inicialmente, a aproximação foi feita com o Colégio Estadual Henriqueta Martins Catharino; na sequência, com a Escola Municipal Cidade de Jequié, e, por fim, com a Escola Municipal Makota Valdina.

Na implantação, fomos atravessados pela primeira vez pelas dinâmicas políticas internas do bairro, quando nossa participação no Colégio Estadual Henriqueta Martins Catharino foi restringida por conta de questões da (in)segurança pública. Com isso, as reuniões se iniciaram na Escola Municipal Cidade de Jequié e na Escola Municipal Makota Valdina.

Além dos encontros nas escolas, aproximamo-nos de importantes espaços do bairro e neles conhecemos pessoas que protagonizaram o processo de enraizamento do projeto conosco. Um deles foi o Ilê Axé Lajuomim, cuja aproximação foi mediada pela Defensoria Pública, com Dona Marlene Costa, da organização não governamental Papo de Mulher, ativista da saúde mental de mulheres negras, e sua filha, Jéssica da Silva, diretora de audiovisual e arte educadora. Vimos também a transição da gestão da Associação de Moradores do Engenho Velho da Federação, com o Sr. Edmilson Sales, assumindo a presidência e retomando um legado familiar, seguindo os passos de seu avô, o Sr. Balbino, que era um dos fundadores da associação, criada em 1955. Esse novo momento da associação tinha como interesse trazer mais atividades para a sede, de forma que alguns encontros do comitê gestor do projeto e atividades paralelas construídas pela universidade também se aproximaram desse espaço.

OFICINAS DE LETRAMENTO RACIAL NAS ESCOLAS

Em reunião com o corpo docente das escolas participantes, acolhemos suas demandas oriundas do esvaziamento da EJA e das turmas de educação básica dos ciclos normais. Alguns temas, como inclusão produtiva, artes, economia negra com afroempreendedorismo nas escolas públicas, são decorrentes da reforma do ensino médio, a partir da Lei n.º 13.415/2017.

Após conversar com as professoras, acordamos pela construção de um levantamento sobre o interesse dos estudantes, sistematizados em um questionário on-line que apontou os desejos por oportunidades de profissionalização do corpo discente da EJA, bem como por um elevação das sociabilidades na educação básica, que superasse os estigmas da racialização entre crianças e jovens. Com os resultados, e considerando que o letramento racial era o principal objetivo do projeto, organizamos oficinas para dialogar com os diferentes grupos etários que as escolas atendiam.

Oficina 1 – História, memórias e afroinscrições negras, religiosidade da população negra, representatividades de mulheres negras

Ocorreu na Escola Municipal Cidade Jequié, na turma noturna da EJA, conduzida pela equipe facilitadora da UFBA e pela Defensoria Pública da Bahia. Estavam presentes nessa atividade cerca de 35 alunos, predominantemente mulheres adultas e idosas, e alguns homens jovens e adultos, sendo todos negros.

A atividade se deu a partir da exibição do documentário Egbé Alaketu – Redes ancestrais, forças atuais (2021), da Irmandade Abre Caminhos, coletiva negra de produção multimídia situada no Ilê Axé Lajuomim. Antes mesmo do fim da

execução da produção e do debate com Jéssica da Silva, diretora da obra, ficou explícita a mobilização na turma da EJA. O curta conta sobre as dinâmicas urbanas, sociais e de tradição de Salvador a partir do Terreiro da Barroquinha, resgatando histórias e memórias coletivas que até hoje são invisibilizadas por sectaristas que ignoram o protagonismo negro na produção e na organização do espaço urbano soteropolitano. Apesar do teor histórico-geográfico eminente da obra, alguns estudantes pertencentes às religiões neopentecostais se recusaram a vê-la, pois as protagonistas do documentário são mulheres negras de axé.

A situação ocorrida na sala intensificou a importância de um projeto visando letrar racialmente a população do bairro, considerando que a maioria dos estudantes que haviam se retirado eram negros. A retirada coletiva começou um debate posterior, impulsionando a reflexão sobre raça, racismo e pertencimento racial. Alguns dos estudantes presentes apontavam o embranquecimento cultural de pessoas negras, especialmente numa assimetria geracional.

A característica dessa turma é sua composição por jovens que, recentemente, foram excluídos do ensino regular e por idosas que retomaram os estudos na terceira idade. As críticas ao afastamento das tradições culturais negras vinham da fala das mais velhas. Elas reconheciam que os jovens na sala de aula as respeitam, porque eles respeitam e têm carinho pelas avós, e muitas delas naquele território, suas de santo, são parteiras, benzedeira.

Essa dinâmica intergeracional mobilizou a formulação de mais uma atividade junto à turma no sentido de refletir e mobilizar, sobretudo, as mulheres a fim trazer a elas um sentimento da potencialidade do feminino na construção da sociedade.

Oficina 2 – Saberes ancestrais femininos

Nessa ocasião, a oficina, que também ocorreu na Escola Municipal Cidade Jequié, teve como título os saberes ancestrais femininos e foi conduzida por Dona Marlene, membro do conselho gestor para o Plano Antirracista e por algumas senhoras da turma EJA.

Tal atividade atingiu novamente o eixo de representatividades de mulheres negras, no qual tivemos presentes cerca de 25 pessoas, em sua maioria mulheres jovens e idosas, com a participação de alguns homens jovens. Nesse dia, houve, além de um estudo sobre as ervas de uso caseiro e medicinal, trocas sobre o consumo de ervas e seu uso nos tratamentos de saúde mental e física, dando início aos trabalhos que culminaram na prática do escaldá pés, com forte adesão de todos.

Os estudantes produziram também desenhos e textos sobre as plantas, então pudemos ver a materialização do letramento em sala de aula, onde os saberes ancestrais das mais velhas foram reconhecidos enquanto conhecimentos ancestrais entre as gerações das famílias no bairro. Algo marcante foi a interação estabelecida entre as senhoras mais velhas e os jovens adultos, que disseram “Minha

avó também faz assim, a gente gosta” num clima respeitoso e acolhedor, retomando a questão dos quintais ainda existentes no bairro e os hábitos de cultivos de ervas mesmo em vasos de plantas.

Oficina 3 – Afroempreendedorismo feminino

E, alinhando nossas atividades com o interesse do corpo discente, mediado pelo resultado do questionário on-line, construímos uma roda de conversa com jovens afroempreendedoras do bairro para uma troca sobre a realidade de trabalhadores por conta própria em territórios negros. Para acionar mais uma vez o eixo de representatividades de mulheres negras e também o eixo trabalho, ocupação e atividade econômica da população negra, foi desenvolvida a atividade na Escola Municipal Cidade Jequié e na Escola Makota Valdina.

Foram convidadas, após levantamento no bairro, mulheres afroempreendedoras da moda, da estética, do trançado e de outras relações de cuidado. Também foram três mulheres e um homem, expositores vendedores de produtos artesanais, de licores e geleias. Todos esses negros e ex-alunos das escolas, causaram um clima positivo quanto a reais possibilidades de organização do trabalho empreendedor, pautado em tradições negras no bairro. Essa atividade teve a participação de cerca de 20 alunos, e logo mapeamos a presença de outros empreendedores na turma, que partilharam também de suas experiências. Os estudantes ficaram muito motivados para dialogarem com as pessoas que convidamos, especialmente porque a maioria delas havia estudado na mesma escola e eram reconhecidas na comunidade e fora dela.

Atividades focadas no afroempreendedorismo também foram desenvolvidas nas turmas da EJA, dessa vez na Escola Municipal Makota Valdina, e mediadas por pesquisadoras da UFBA e estagiárias do curso Serviço Social da UCSal. Debatendo sobre o afroempreendedorismo, foi colocada pelas facilitadoras a pergunta do que é afroempreendedorismo para a plateia, e a primeira resposta veio de uma senhora, provavelmente cristã de igreja evangélica, que disse: “Jesus está vindo para acabar com tudo isso”. Rapidamente outras pessoas da turma se mobilizaram em nomear suas próprias associações, como os blocos de afoxé, penteados e moda afro, a ligação com África e também os terreiros e suas tradições. A identidade afro constituída nesse território é, portanto, alicerçada não apenas no pertencimento, mas também na repulsa ao que é criado por e para as tradições africanas que aqui foram ressignificadas.

Com isso, é possível apreender que a identidade do Engenho Velho da Federação, reconhecido na cidade enquanto um bairro de tradição de terreiros e candomblé, não é unânime entre todas as pessoas que nele habitam, considerando que a identidade é também um lugar de disputa.

Oficina 4 - Racismo Algorítmico

Desenvolvida na Escola Municipal de Cidade de Jequié, com os estudantes do ensino fundamental, contou com uma palestrante da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e alunas do Serviço Social da UCSAL. A oficina foi mobilizada com a presença de alunos que compuseram um rap voltado à discussão do racismo no bairro e do racismo algorítmico através de sistemas de câmeras instaladas pela cidade. Foram realizados jogos de palavras racista-antirracista-bairro negro, observando os patrimônios negros locais e as expressões de racismo. Isso foi estabelecido de uma forma particular em que a configuração de tecnologias, concepções sociais e técnicas reforça a organização racializada do saber, dos recursos, dos ambientes e da violência, em desfavor de grupos não brancos, perpetuando preconceitos que afetam a saúde e o bem-estar cotidiano das juventudes, o que se configura como mais uma manifestação de racialização.

OFICINA FORMATIVA DE PROFESSORES

A diretora da Escola Municipal Makota Valdina, Márcia Cristina Pinto, sobrinha de Makota Valdina e moradora do bairro, constrói um projeto político pedagógico para a escola, juntamente com o corpo docente, para que o letramento racial faça parte das práticas cotidianas, desenvolvendo diálogo fluente com o projeto.

No auditório da Escola Municipal Makota Valdina, reunimos professoras e professores das escolas locais e o Comitê Gestor do Projeto para um momento de formação continuada promovida pelos membros do grupo de pesquisa EtniCidades, com a presença dos professores Fábio Velame e Henrique Cunha, em que, num momento de fechamento, foram feitas indicações de processos e resultados do projeto-piloto em diálogo com as leis nº. 10.639 e nº. 11.637.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas oficinas foram construtivas, criativas e lúdicas a fim de conectar as discussões da sala de aula com o debate sobre as formas de racismo na sociedade. Para isso, desenvolvemos, a partir de reuniões com o corpo docente, um trabalho anterior com um planejamento amadurecido para garantir a inserção do Plano Antirracista no currículo, buscando fortalecer a conexão da escola com a comunidade.

Como bairro negro, o Engenho Velho da Federação reúne uma memória viva de africanidades na cidade afrodiáspórica de Salvador, Bahia. Da necessidade de manter viva essa memória, justificou-se uma primeira versão do Projeto Plano

antirracista. Também obtemos, na presença das senhoras da rede pública municipal, ensinamentos nas escolas do Engenho Velho da Federação, cujas esperanças foram postas à prova pela pandemia do covid-19. A cooperação desse projeto numa ação-piloto trouxe a história de (re)existência nas falas, nas celebrações, nas artes e em todas as sociabilidades, inscritas na concepção dos bairros negros que fundamentou as leituras e ações.

Sociabilidades emergem da força da juventude negra no bairro, em suas recentes memórias de dor pela violência da polícia, da sua privação material familiar e dos cantos, das rimas e das danças na arte urbana do hip hop. Na força dos terreiros de candomblé, há a consagração de Ialorixás e Babalorixás, que culminaram seus ritos em praça pública em caminhada contra a intolerância religiosa. O mesmo ocorre na força das economias negras de mulheres pelo cuidado e por sua estética tradicional nos trançados e na maquiagem; nas tradições associativas de moradores que atravessam décadas no bairro; na capoeira do Mestre Sabará e de todo seu cuidado com as crianças do ensino fundamental; e na coragem de direções e coordenações pedagógicas no interior das escolas públicas, com a licença e o destaque de Makota Valdina em sua Matrishopência como referência ancestral intergeracional – presente na fala das meninas e de professores –, como educadora, sacerdotisa, religiosa e ativista política; sobre ela reside a memória do bairro. Ao mesmo tempo em que sua presença também faz ecoar os ensinamentos de África, quando reiterou, ao bairro e nas redes que estabeleceu em sua militância política, que cada vez mais sejamos sujeitos de nossa fala, de nossa escrita e de nossa história, porque é preciso parar de ser objeto.

Como resultado, o projeto promoveu vivência de sociabilidades na comunidade entre as lideranças – comunitárias e educadoras –, a juventude e as pessoas da terceira idade. Por meio das oficinas, pode-se trabalhar conceitos e entendimentos acerca da representatividade negra nas esferas educacionais e políticas.

Com isso, podemos considerar que as estratégias do Plano Antirracista do Engenho Velho da Federação para o alcance dos seus objetivos foram eficientes para marcar, na memória das pessoas alcançadas, o reconhecimento e a importância dos saberes ancestrais, da cultura viva e da sua negritude enquanto potencialidade para inteligência, criatividade e formação de novas ideias, a fim de torná-las empreendedoras e realizadoras de sonhos.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO GRAMSCI: Escritos sobre educação e política (1916-1919). Práxis Educativa, v. 12, n. 3, p. 1035-1040, 2017. Tradução: Anita Helena Schlesener.
- BRASIL. Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF. 2017.
- EGBÉ Alaketu - Redes Ancestrais, Forças Atuais. Direção de Jazz da Silva. Salvador: Irmandade Abre Caminhos, 2021. P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uF2_LXq8V90. Acesso em: 10 ago. 2024.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. Cortez editora, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação .Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2000.

Formato: 21 x 29,7 cm

Fontes: Bricolage Grotesque, Lato, Volkorn

Extensão digital: PDF



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE
NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA E PRODUÇÃO EDITORIAL

